

## O trabalho e suas implicações nos modos de subjetivação: um olhar sobre indígenas que trabalham na cidade

*Tamiris Rayani Santos Barros<sup>1</sup>*

Resumo: Roraima é o estado brasileiro que, proporcionalmente, tem a maior população indígena, entretanto há hegemonicamente no estado uma representação dos indígenas como empecilhos ao desenvolvimento. Se essa é a representação corriqueira, almejávamos, na contramão, ouvir o próprio indígena. A presente pesquisa buscou refletir sobre efeitos psicossociais do mundo do trabalho nos indígenas que moram em comunidades situadas nas proximidades de Boa Vista, capital de Roraima, e que desenvolvem atividades produtivas nessa cidade. Buscamos, por meio de entrevistas realizadas, compreender se para indígenas que transitam entre dois universos distintos (vida urbana e rural/ morar em comunidades e trabalhar na cidade) o trabalho tem a mesma centralidade e mesma função social que há nas sociedades capitalistas. A análise teve como lastro o método materialista histórico da psicologia social, dialogando com autores da antropologia e da sociologia, como Marx, Viveiros de Castro e Peter Spink. Como resultado, constatamos que os impactos psicossociais que o trabalho imprime em seus modos de vida e na comunidade dizem respeito à experiência de estarem divididos entre dois universos distintos, sendo que o anseio de virem para a cidade é uma aposta e uma cobrança, isto é: ir para a cidade representa adquirir conhecimentos presentes na vida urbana, como, por exemplo, fazer faculdade; no entanto, após adquirirem tais conhecimentos sentem a obrigação de voltar a morar integralmente em suas comunidades, tendo de abandonar a vida na cidade. Em relação aos valores sociais capitalistas, eles são incorporados tanto quanto são negados, e no meio desses lugares os entrevistados vão (re)constituindo-se e reelaborando alguns de seus dilemas e planos.

Palavras-Chave: vida urbana e vida rural, população indígena, trabalho, psicologia social, subjetividade.

Abstract: Roraima is the Brazilian state that, proportionally, has the largest indigenous population, however there is hegemonically in the state a representation of the indigenous as obstacles to development. If this is the commonplace representation, we would, in the opposite direction, listen to the native himself. The present research sought to reflect on the psychosocial effects of the world of work on indigenous people who live in communities located near Boa Vista, capital of Roraima, and that develop productive activities in this city. Through interviews, we seek to understand if, for indigenous people who travel between two distinct universes (urban and rural life / living in communities and working in the city) work has the same centrality and same social function as there is in capitalist societies. The analysis was based on the historical materialist method of social psychology, dialoguing with authors of anthropology and sociology, such as Marx, Viveiros de Castro and Peter Spink. As a result, we find that the psychosocial impacts of work on their way of life and community are related to the experience of being divided between two distinct universes, the desire to come to the city is a bet and a collection, that is : going to the city represents acquiring knowledge present in urban life, such as, for example, going to college;

---

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia na Universidade Federal de Roraima. E-mail: [tamiris.rayane@yahoo.com.br](mailto:tamiris.rayane@yahoo.com.br)

nevertheless, after acquiring such knowledge they feel the obligation to return to live integrally in their communities, having to leave the life in the city. In relation to capitalist social values, they are incorporated as much as they are denied, and in the middle of these places the interviewees go (re) constituting themselves and re-elaborating some of their dilemmas and plans.

Keywords: urban life and rural life, indigenous population, work, social psychology, subjectivity.

## **Introdução**

É sabido que desde os primórdios de sua institucionalização como ciência, o trabalho é um dos campos que tem destaque na psicologia. Se ele (o trabalho) ocupa lugar importante nas diversas ciências, não é diferente no tocante à psicologia. Todavia, tal como ressaltou Peter Spink (1996), a psicologia do trabalho não se constitui como um campo inquestionavelmente coeso, pautado em um alicerce teórico-conceitual que sustente suas práticas e que possibilite um debate crítico sobre os fenômenos relacionados ao mundo do trabalho como um todo. Ao contrário, caracteriza-se por diferentes práticas e discursos, os quais, de maneira geral, não dialogam entre si, não possuem referências comuns. Trata-se assim, de uma vertente fragmentada da psicologia. Para ilustrar, o autor listou uma série de práticas que compõem essa vertente, tais como: ergonomia, análise organizacional e institucional, seleção e treinamento, saúde do trabalhador, treinamento gerencial, organização do trabalho, orientação vocacional.

Embora na psicologia (e demais correntes das ciências humanas e sociais) haja diversas concepções sobre esse campo, segundo Codo (2010), há duas perspectivas marcadamente diferentes que se sobressaem: uma que tem como finalidade a adequação do humano ao trabalho, em que pese descobrir mecanismos para minimizar o conflito entre trabalho e capital, no intuito de otimizar a produção, mostrando que há solidariedade entre patrão(oa)/empregado(a); a outra, que compreende o humano como sujeito de sua história, se articula a partir de uma perspectiva crítica, delineada principalmente do ponto de vista do trabalhador e do contexto histórico-político do qual faz parte, busca revelar, entre outros aspectos, como a

sociedade moderna, organizada a partir da precedência e sobreposição do capital ao trabalho, vem aprofundando processos de alienação social.

Embora os estudos realizados sobre psicologia e saúde do trabalhador sejam recentes<sup>2</sup> e referem-se mais propriamente ao período pós revolução industrial, não desconsideramos os efeitos deletérios que o trabalho sob a égide da escravização imprimiu nas populações que produziam as riquezas no Brasil Colonial e no Império: a população indígena e negra, esse foi um dos motivos pelos quais escolhemos indígenas para serem sujeitos de nossa pesquisa.

Cumpramos mencionar que, comumente, encontramos no senso comum e, por vezes, em alguns escritos de cunho científico a afirmativa de que “o trabalho provoca sofrimento”, conforme aponta Maria da Graça (1999) ao referir-se à atuação do psicólogo organizacional e/ou do trabalho, que reforça os objetivos da lógica de produção no sentido de prever e controlar comportamentos humanos. Essa assertiva genérica muitas vezes é repetida automaticamente a partir daquilo que se mostra evidente - o sofrimento provocado pelo trabalho – ignorando que não é o trabalho em si que provoca tal sofrimento, mas o contexto no qual ele é realizado. Ignorar tais questionamentos remete à um reducionismo que fecha janelas interpretativas de cunho político, e antes de chegar à conclusão sobre a causa de tal sofrimento deveríamos analisar o contexto neoliberal no qual o trabalho urbano está inserido, que ainda é permeado por associações de preguiça e ociosidade à forma de trabalhar dos indígenas, uma representação ideológica que tratamos nesta pesquisa.

Para desmistificar essa ideologia constituída historicamente sobre a figura do indígena, se faz necessário apreender a historicidade perdida pelo viés ideológico. Nesse sentido, Pierre Clastres (1979), ao analisar sociabilidades comunais, percebeu que comumente valorizavam a lógica comunitária no que dizia respeito à organização do trabalho. Nelas, homens

---

<sup>2</sup> A psicologia moderna foi proposta no final do sec. XIX por Wilhelm Wundt e William James, torna-se assim, o projeto da psicologia científica como objeto de reflexão epistemológica, contribuindo segundo José Abib (2009) nos estudos sobre psicologia do trabalho.

e mulheres eram senhores (as) de seus afazeres: dominavam e compreendiam as diferentes fases do processo produtivo que, por sua vez, diferentemente das sociedades em que as atividades de produção visavam (visam) satisfazer necessidades massificadas, nas quais o trabalho era (e é) alienado, contabilizado e imposto. Nessas sociedades há um processo de estratificação social, portanto, há dominantes e dominados.

Nesta lógica de dominação, os (as) indígenas quando capturados (as) e retirados(as) de seus modos de vida comunal, são desconsiderados (as) enquanto sujeitos autônomos. No período da colonização na América Latina houve a utilização e exploração da mão de obra indígena; conforme aponta Maria Regina de Almeida (2013), as populações indígenas foram indispensáveis ao projeto de colonização tanto na América hispânica quanto na portuguesa. A autora ressalta que o projeto econômico que estava delineado para algumas regiões era a proposta de altos lucros e baixos custos e, para esta exploração econômica do “Novo Mundo”, os povos indígenas eram os meios para se obter deles as terras, os alimentos e o trabalho necessário aos seus empreendimentos coloniais.

Na Amazônia, já no século XVIII, esse contexto não se diferiu, segundo Nádia Farage (1992), a preocupação em ocupar a região do Rio Branco devia-se ao fator de extensão, de seu valor como meio das incursões portuguesas à região, além da política oficial do Estado visando defender a Amazônia de possíveis invasões por espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, mas também sua importância para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravizados indígenas e sua posição estratégica de fronteira.

A Coroa portuguesa, como aponta Jaci Guilherme Vieira (2014), investia nos aldeamentos como uma forma de demarcar suas fronteiras, passavam a fazer descimentos, isso é, deslocavam várias etnias de seus locais de origem de acordo com os interesses comerciais. Estabelecendo, dessa forma, uma lucrativa escravização em massa e a própria demarcação dos territórios, definindo, assim, os limites dos seus domínios. Não se tinha preocupação com as populações que já estavam ali vivendo. Nesse período,

conforme o referido autor, muitas das povoações existentes foram completamente destruídas, a política indigenista passava diretamente para as mãos do Estado metropolitano, cuja preocupação foi uma só: integrar o índio a sociedade luso-brasileira, com o objetivo de transformá-lo em súdito dos portugueses.

À vista disso, a relação que se teve com os povos indígenas no contato com os brancos foi de desconsiderar aqueles como os primeiros habitantes e legítimos donos das terras, bem como seus modos de vida e suas relações com o trabalho, o qual era e é, mormente, de natureza solidária. Via de regra, os indígenas realizam práticas relacionadas ao artesanato, à caça, à pesca, ao cultivo da roça, à extração de bens da mata, não desempenham, de maneira geral, o trabalho na sociedade capitalista.

Tendo em vista a contradição apontada – de que para o senso comum os povos indígenas eram representados como “preguiçosos”, mas que, de fato, figuravam como mão de obra indispensável para consolidar o projeto de colonização no Brasil – a pesquisa de iniciação científica teve como temas centrais, trabalho, população indígena e deslocamento. Trata-se, evidentemente, de temáticas já pesquisadas à exaustão, por isso mesmo, e numa tentativa de realizar, em certo grau, um estudo inaugural, escolhi como entrevistados indígenas que desenvolvem atividades na cidade e que moram em comunidades situadas nas proximidades de Boa Vista.

Considerando os modos de subjetivação e sociabilidade desses sujeitos, suas percepções sobre as atividades produtivas que realizam, a pesquisa teve como problemáticas saber quais são os efeitos psicossociais do trabalho na vida dos entrevistados, entender se, para eles que transitam entre dois universos distintos (vida urbana e rural/ morar em comunidades e trabalhar na cidade), o trabalho tem a mesma centralidade e mesma função social que nas sociedades capitalistas ou, ainda, compreender se as relações que estabelecem com o trabalho têm como base um sistema de valor próprio ou não. Lembrando que Roraima é o Estado brasileiro que, proporcionalmente, tem a maior população indígena (IBGE, 2010) e é-o

Estado que detém o maior percentual de indígenas em terras demarcadas (83,2%), de acordo com o Atlas Digital do Brasil (IBGE, 2016).

Por fim, cabe um esclarecimento de qual a concepção de indígena será relatada neste trabalho, para isto, será utilizado o critério elaborado pela Fundação Nacional do Índio<sup>3</sup>, o qual considera o pertencimento étnico como constitutivo da identidade do indígena, isso é, são processos dinâmicos de construção individual e social. Esse critério adotado pela Fundação supracitada está amparado na Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Isto posto, não é apenas a autoidentificação que faz um indígena ser indígena, mas também a identificação feita pelos outros, especificamente pela própria comunidade da qual o sujeito considera-se pertencente. Nesse mesmo sentido, segundo Viveiros de Castro (2006), a indianidade é tautegórica, ela cria sua própria referência, no sentido em que índio não designa um indivíduo, mas especifica certo tipo de coletivo, portanto, o indígena não é apenas aquele de cocar de pena, pintado de urucum, com arco e flecha, que está na comunidade. Logo, “índio não é qualquer um que achar que é”, mas deve haver um laço histórico de pertencimento.

## **Metodologia**

O ponto de vista que guiou a análise dos dados foi fundamentado no arcabouço do método do materialismo histórico, orientado sobre o prisma do teórico Marx (1980) e da teórica Iray Carone (2001). A compreensão da categoria trabalho dentro dos modos de produção do mundo capitalista, segundo a referida autora, apoiada nos escritos de Marx, sugere que a sociedade é uma totalidade orgânica, dotada de leis estruturais, especificidades e solidariedade funcional entre as partes, como uma totalidade dotada de história, a qual está em constante transformação.

A estrutura da sociedade para Marx depende das formas como os homens organizam a produção social dos bens, que engloba dois fatores básicos: as forças produtivas e as relações de produção. Organizada por um

---

<sup>3</sup> <http://www.funai.gov.br/index.php/todos-ouvidoria/23-perguntas-frequentes/97-pergunta-3>

Estado capitalista, estas relações de trabalho se darão por meio da exploração por meio de ideologias que justificarão a formação da sociedade em classes sociais, ou seja, entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Nesse sentido, a ideologia - enquanto “ilusão necessária à dominação de classes” visa garantir o funcionamento da sociedade, se apresentando travestida de uma falsa felicidade concatenada à lógica de mercado, em que o indivíduo associa sua identidade a uma suposta inserção social que só é possível a partir do consumo.

Outros conceitos permeiam a conceituação de trabalho nos escritos de Marx, como a discussão em relação à alienação do trabalhador em relação à sua produção, a exploração do mesmo, a mais valia que é o quanto se trabalha de graça para os donos dos meios de produção lucrarem, e a discussão que mais se aproxima do estudo em questão nesta pesquisa, que é sobre valor de uso e valor de troca das mercadorias produzidas. Para entender isso podemos pensar como na sociedade capitalista atribuímos valor de troca às coisas de uma forma muito distinta da lógica solidária presente nas comunidades indígenas, de forma que estes se tornam conceitos chave para a compreensão dos efeitos desse contraste de valores e dos processos de vinculação entre os indígenas que vêm para a cidade.

Aos entrevistados foi solicitado que falassem livremente sobre suas experiências de trabalho. Esse foi o tema inicial da conversa, a qual teve também como guia temas como:

- Local onde começaram a trabalhar: na cidade ou na comunidade;
- Quais modalidades de trabalhos mais comumente acontecem dentro e fora da comunidade;
- Diferenças sobre o trabalho que acontece atualmente no interior da comunidade e aquele que é realizado por eles na cidade.

A fim de entender as principais dificuldades enfrentadas nas e pelas comunidades indígenas de Roraima, notadamente sobre a questão da terra e do trabalho, e como apoio para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi feito contato prévio com o Cimi (Conselho Indigenista Missionário), um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas, em defesa de suas causas, dentre elas, a do trabalho. Além disso, participei da 45ª assembleia dos povos indígenas de Roraima, como representante do DCE - UFRR (Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Roraima), que teve

como tema deste ano: “Enquanto houver insistência, haverá resistência – Não a PEC 215”, realizada no centro regional Lago Caracaranã, região da Raposa, Terra Indígena Raposa Serra do Sol (2016).

Participar dessas atividades foi importante porque retrataram a temática da terra e do trabalho, questões trabalhadas na pesquisa e muito presente nas falas dos representantes indígenas, como disse um dos Tuxauas, “nossa terra é nossa mãe e sem terra não há trabalho”, ouvir isto e outras questões possibilitou o aguçamento sobre o perspectivismo desses grupos.

Todas essas questões, contatos e informações, compõem nosso campo de pesquisa, já que, conforme sinalizou Spink (2003), o campo de uma dada pesquisa refere-se ao próprio argumento da investigação, não se trata exclusivamente de um lugar físico, de um ambiente para se fazer observações, nem mesmo de um universo distante, separado, não relacionado com o pesquisador. Para ele, campo é o meio no qual estamos inseridos; argumento este que têm múltiplas faces e materialidades, que acontecem em muitos lugares diferentes. Os lugares – por exemplo uma aldeia de pesca – fazem parte do campo tanto quanto as conversas (SPINK, 2003 *apud* RIBEIRO, 2003, p. 11-12).

E ainda ,

Nada acontece num vácuo; todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos, e alguns podem ser mais centrais ao campo-tema de que outros, mais acessíveis de que outros ou mais conhecidos de que outros. Algumas conversas acontecem em filas de ônibus, no balcão da padaria, nos corredores das universidades; outras são mediadas por jornais, revistas, rádio e televisão e outras por meio de achados, de documentos de arquivo e de artefatos, partes das conversas do tempo longo presentes nas histórias das ideias. Alguns até podem acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. Entretanto, esses lugares não são contextos; os blocos de anotações, os gravadores, o ônibus, a padaria, a universidade, os jornais, o rádio, os documentos, os achados e artefatos são, como materialidades, também partes das conversas (SPINK, 2003, p.12).

Essa pesquisa se inscreve na modalidade de pesquisa de campo qualitativa e exploratória (GIL, 2010), já que, além de entrevistas, fez parte dos procedimentos observação participante e anotações em diário de campo.

## Resultados e Discussão

Na presente pesquisa, tratamos de pessoas que vêm para a cidade, mas também estão na comunidade, transitam entre dois universos distintos (vida urbana e rural/ morar em comunidades e trabalhar na cidade).

Os entrevistados foram três pessoas, sendo um do sexo masculino e duas do sexo feminino, de idade entre vinte e trinta anos, da etnia Wapichana.

Os Wapichana, essa forma gráfica de conhecê-los é a que foi utilizada pelo referido povo, são da família linguística Aruak, e são considerados o segundo maior grupo étnico do Estado de Roraima e se fazem presentes de maneira considerável em Boa Vista, repartindo este ambiente com os Macuxi. Atualmente, existem 7.832 pessoas que se autodeclaram Wapichana no Estado, vivem na região de lavrado compreendendo a área que vai do Rio Branco ao Rio Rupununi (Funasa, 2010).

Os entrevistados moram em comunidades que ficam próximas a Boa Vista e todos os dias vêm para a cidade para trabalhar. Darei nomes fictícios a eles, são eles: Sol (2016), Raoni(2016) e Sônia (2016).

Sol (2016) é de uma comunidade que fica a quase 25 km de Boa Vista, se apresentou como Wapichana, a mãe é Macuxi e seu pai é Wapichana. É concursada e, desde 2014, trabalha como cuidadora de crianças com deficiência. Relatou que vem para Boa Vista desde 2005, ano em que começou a cursar economia em uma faculdade de Boa Vista. Formou-se em economia em 2014.

Raoni (2016) é Wapichana de uma comunidade que fica a 130 km de Boa Vista. Faz graduação em educação física no período noturno e tem trabalhos temporários durante o dia para complementação da renda da família. Desde quando se casou, foi morar na comunidade de sua esposa, localizada a aproximadamente 60 km de Boa Vista, também Wapichana. Já desempenhou diversos trabalhos relacionados à área de eletricidade, mas o que relata com prazer é o que desempenha voluntariamente na comunidade como técnico de futsal.

Sônia (2016) é de uma comunidade que fica a aproximadamente a 40 km de Boa Vista, veio para a cidade para estudar, relatou a dificuldade de dar continuidade aos estudos na própria comunidade, pois lá a escola formal só vai até o ensino médio e se torna quase uma obrigação ir para a cidade,

curso faculdade voltada para estudos indígenas e recebe a bolsa do PNAS (Política Nacional de Assistência Estudantil) direcionada para alunos indígenas, a qual ajuda nas despesas, mas não é o suficiente, tendo assim que trabalhar em serviços informais para manter-se na cidade.

Essas pessoas foram essenciais para a pesquisa. Nas suas descrições sobre as atividades que realizam trouxeram a concepção que tinham sobre o trabalho, bem como mencionaram acerca dos efeitos psicossociais que o trabalho que realizam imprime em suas vidas.

Raoni (2016), ao chegar à comunidade (após casamento), falou que uma maneira de contribuir, e de certa forma ser aceito pela comunidade, era dispor-se a ajudar os jovens com uma atividade esportiva através de um trabalho voluntário e por ser ex-atleta poderia trabalhar com fundamentos técnicos do futsal. Disse: “eu sou ex-atleta e tudo o que eu aprendi eu passo pra eles, não é um trabalho voluntário que você chega dá a bola para eles e pronto, não é assim, tenho um trabalho com fundamentos.” (Raoni, 2016).

Trouxe a preocupação de ajudar, contribuir com a comunidade de alguma forma: *“No trabalho voluntário não ganhamos nada em troca, mas auxiliamos de alguma forma a comunidade, a comunidade está vendo que você tem ajudado em alguma coisa.”* (Raoni, 2016).

Essa é uma concepção e prática de trabalho que vai na contramão dos modos de produção capitalista tal como definida por Marx (1980), pois, diferentemente do capitalismo, ela diz respeito à troca, ao compartilhamento de aprendizagem (ou seja, a não competição), ao respeito e preocupação com outro. É possível dizer que esse seu olhar tem como fundamento os modos de vinculação e solidariedade tão costumeiramente presente entre os indígenas. Inclusive, em sua comunidade trabalhos individuais pouco ganham reconhecimento. Em suas palavras: *“quando é para trabalhar junto, eles têm união, mas no individual não dar certo.”* (Raoni, 2016).

O trabalho coletivo faz parte da organização da comunidade, independentemente se a pessoa desenvolve outros trabalhos fora ou na comunidade, é um trabalho em que todos participam, segundo ele: *“Na comunidade toda sexta-feira tem o trabalho comunitário, todo dia cinco do mês é sagrado há reunião comunitária, onde toda a comunidade participa independente se você é aluno, se você trabalha na cidade, se você é alguma autoridade.”* (Raoni, 2016).

O entrevistado disse que o trabalho na roça comunitária é uma forma de se colaborar com o coletivo, volta-se para o desenvolvimento da comunidade e, se o sujeito não cumprir com os regimentos e auxiliar o grupo, ele poderá sofrer uma punição ou até mesmo ser expulso da comunidade, dependendo do modo de gerir de cada uma.

Sol (2016), antes de vir para a cidade, também trabalhava em projetos comunitários promovidos pela escola de sua comunidade. Ela pretende voltar e desenvolver trabalhos referentes à agricultura. Disse: *“a parte relacionada à agricultura é o que eu quero, acho que vai fortalecer mais a comunidade”*.

Essa prática não é apenas um meio de subsistência, é também parte da cultura, tem papel fundamental para o desenvolvimento de práticas consideradas tradicionais. Entre eles há saberes cosmológicos que são transmitidos ancestralmente sobre o manejo das plantas cultivadas. Portanto, entre eles há uma relação com a terra diferenciada daquela que ocorre na cidade. Como as práticas das atividades na roça estão imbricadas no cotidiano destas comunidades, envolvem todas as pessoas que lá habitam. Nas palavras de Raoni (2016): *“No geral as famílias trabalham na roça, mesmo os funcionários, como os professores, têm sua roça e eles plantam lá, as plantações são variadas, de mandioca ou macaxeira, milho, batata, é variado”*.

Ainda acerca desse tema, o entrevistado falou da sua etnia associando-a ao trabalho desempenhado na comunidade: *“A comunidade traz um aprendizado muito grande, o que adianta você ser um wapichana, um macuxi, um yanomami, se você nunca foi lá rala uma macaxeira, fazer uma farinha, fazer caxiri, você sabe como as pessoas falam, mas você já colocou a mão na massa?”* (Raoni, 2016).

Portanto nota-se a importância das atividades voltadas para a relação com a terra, o trabalho é assim é uma atividade formadora do homem, em que este transforma a natureza ao seu redor e produz bens que são frutos do seu trabalho. Porém, no processo de transformação e assimilação do sistema capitalista, essas relações vão modificando-se, é na apropriação privada das fontes de produção que se tem uma deformação em que o homem não se reconhece mais no que produz e as condições de trabalho não dependem do trabalhador, mas do proprietário, nas palavras de Sônia (2016), que trabalhou em um restaurante, isso se mostra evidente: *“quando eu vim pra cidade comecei a trabalhar, o trabalho aqui eu acho meio ruim, trabalhar à*

*noite e ficar até uma hora da manhã é meio cansativo, eu não tinha nem tempo para dormir direito e muito menos descansar”.*

Os entrevistados cumprem uma dupla tarefa. Raoni (2016) trabalha em demasia: trabalha como voluntário à noite, nos finais de semana realiza as atividades coletivas na comunidade e, durante o dia, trabalhava na cidade com “bicos”, que são os trabalhos provisórios e faz vários rearranjos para conseguir emprego. É obrigado a ir aprendendo e se adequando em vários lugares, já trabalhou em postos de gasolina, supermercado, frentista e atualmente trabalha como eletricitista. Teve de trabalhar desta forma para conseguir aumentar a renda e não ficar dependendo apenas do salário da esposa – que trabalha como professora seletivada na comunidade.

Não por acaso, fala da falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e possibilidades dentro da comunidade, diz ter tentado trabalhar em um projeto do governo para instrutor de educação física, porém não conseguiu ser aceito pelo programa.

Vê-se que, divide-se entre dois universos distintos de trabalho: um solidário, o que ocorre na comunidade e não é remunerado, e outro pontual, fragmentado e pouco remunerado.

A economia da comunidade, segundo ele, é a produção de farinha. Ela é a base econômica da comunidade de Raoni (2016). Ela fornece vários derivados, como a farinha d’água, bolo, mingau, beiju, tapioca, etc. Embora lá se cultive alguns produtos e frutas regionais, ainda são insuficientes para toda a comunidade, e muitas vezes membros de lá têm de vir para Boa Vista para comprar algumas coisas que não conseguem produzir. Mesmo que haja custos e sacrifícios, a cidade torna-se lugar para suprir o que falta no meio rural do ponto de vista de bens econômico e educacional. Sobre isso relatou: *“o forte deles é a farinha, então não tem essa horta de melancia, de banana, essas outras frutas, galinha, não tem um projeto lá, tudo o que você come lá é daqui de Boa Vista e você tem que vir de lá, e você gasta para isso.”*

Raoni (2016) busca na vinda para a cidade aprimoramento no curso de educação física para depois voltar à comunidade e desenvolver um trabalho reconhecido formalmente e que posso ser da sua área de interesse e remunerado: *“se eu me formar, eu posso voltar pra lá mais capacitado.”* (Raoni, 2016).

Logo, nesse aspecto, esse trânsito de ir e vir é o que garantirá a volta, ou ainda, que permitirá que a vinda para a cidade seja de passagem, datada.

Há projeto de retorno. Alinhadas a esse mesmo propósito, Sol (2016) e Sônia (2016) relataram:

*“Os Tuxauas e os antigos lutaram que eram para os filhos poder voltar e ajudar sua comunidade, ai eu terminei e tenho que voltar para ajudar minha comunidade” (Sol, 2016).*

*“Vou fazer o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) para aplicar lá na comunidade. Para pode ter um bom resultado, as pessoas esperam algo de nós, eles deram uma carta a carta da comunidade [...] A carta da comunidade ou a declaração do Tuxaua é uma aprovação para virmos, eles confiam na gente e, aos poucos, vão entendendo, de maneira geral eles nos apoiam” (Sônia, 2016).*

A vinda para a cidade precisa de autorização (carta da comunidade), o retorno é o esperado. Entre os Whapichanas, o particular, aquilo que se refere ao sujeito (desejo, planos...) é construído e reconstruído por algo que é coletivo. Relatou Raoni (2016): *“Você é formado para trabalhar lá na comunidade, na escola, ou como agente de saúde, se forma em enfermeiro ou técnico, tem as caixa d’água da CAER, eles precisam muito também, dai depende de você”.*

Sol (2016) veio para a cidade para cursar o ensino superior, no mesmo ano que terminou o curso, conseguiu aprovação no concurso público, esta possibilidade de trabalho fixo trouxe-lhe felicidade e também algumas inseguranças. A primeira delas refere-se ao seu deslocamento diária da comunidade para a cidade, ainda que, segundo ela, esteja em certa medida acostumada, já que desde 2005 vive nesse trânsito, não deixa de ser uma atividade penosa ter de todo dia pegar a estrada. Todavia, para além desse aspecto, há os processos de vinculação, os seus familiares e a comunidade cobram para que fique mais presente. A terceira problemática é relacionada à sua área de trabalho, pois seu emprego não está diretamente relacionado à área de formação. Ainda assim, gosta do que faz.

O trabalho dela como cuidadora em uma escola pública exige que recicle sua formação, para incentivar e garantir um melhor aprendizado ao aluno com o qual trabalha. Diferentemente do trabalho que Raoni (2016) realiza na cidade, como é notório, o de Sol (2016) tem a marca da continuidade e da vinculação, em grande medida garantidas pela estabilidade do funcionalismo público. Ela mostrou fotos bem satisfeita de

seu cotidiano profissional e relatou da vinculação que possui com as pessoas. Sente-se bem em relação ao que faz. Reconhece que tem um lugar importante para a instituição e para as crianças cuidadas por ela. Em contrapartida (e por se identificar com o trabalho realizado), vive aquele dilema apontado. É como se ela ficasse em falta com o seu povo que mora lá. Disse: *“eu gosto do trabalho aqui, mas eu já coloquei na minha cabeça, assim que são três anos de estágio probatório, então ano que vem eu faço os três anos, ai eu tenho que voltar.”* (Sol (2016)).

Essas são frases que, para além da concepção de trabalho que revelam e dos impactos psicossociais que o trabalho imprime em seus modos de vida e na comunidade, dizem respeito ao conflito referente à experiência que têm de estar divididos entre dois universos distintos, sendo que o comunitário exige, por princípio, compromisso com o coletivo, o comum. Não corresponder a esse princípio de forma integral, já que parte do tempo deles é destinada às atividades na cidade, causa certo mal-estar, sensação de culpa.

No tocante à percepção que têm sobre o modo como são vistos por aqueles que são de sua comunidade de origem, é crível considerar que, ainda que não seja revelado explicitamente pelos membros da comunidade, os entrevistados percebem que a exigência que têm de voltar é, a um só tempo, uma cobrança e uma aposta na possibilidade de que a comunidade terá uma retribuição por ter permitido que eles viessem se qualificar na cidade. Essa cobrança/esperança é um mal-estar e anseio deles também.

Eles se vêem como pessoas que tiveram a oportunidade de sair para ir a busca de melhores condições, mas este sair não é deixar completamente, é como uma capacitação que são quase impelidos a terem para melhores condições de vida. E quando falam em melhores condições, não estão falando no sentido individual apenas, mas, de maneira geral, falam de melhores condições para o coletivo; uma das entrevistadas disse: *“eu quero, e tenho vontade de ajudar meu povo tão guerreiro, e a população está aumentando e precisamos de mais ajuda”*. Então, mantém-se, assim, uma relação/vinculação com a comunidade.

A condição de transitoriedade deixará, pois, de existir segundo seu anseio e, com ela, parte daquelas angústias, se houvesse a garantia de suas terras, os quais deveriam existir para a garantia de direitos sócio-político-culturais de um povo milenar.

Ainda, a vida em conjunto envolve, ou pode envolver, sensação de falta de privacidade. Sobre isso Raoni (2016), que, diferentemente das outras entrevistadas passou a maior parte da vida na cidade, disse: *“acho*

*que uma comunidade é como uma vizinhança, então tu tem uma vida vigiada dentro da comunidade”.*

É preciso dar satisfação para o outro, o coletivo. Por outro lado, o outro/a comunidade é obrigada a te receber e a reconhecer que há contribuição de cada um. Há lugar seguro para ficar. O coletivo proporciona uma situação de conforto, um lugar comum onde é possível viver de forma digna, é uma construção conjunta que garante a continuidade de existência de um povo de maneira presente, que articula maneiras diferentes de viver, ver, sentir e agir para se manter em meio às transformações: *“se você investe no seu trabalho aqui na cidade você tem todo o direito a retorna a comunidade, porque você é nascido lá, e já mostrou que foi criado e trabalhou na roça, então eles têm que entender que você ajudou”*(Raoni, 2016).

Em todas as entrevistas foi percebido alguns rearranjos que os entrevistados foram obrigados a fazer por um determinado período, principalmente naqueles de trabalho temporário, nos quais se submetem a um sacrifício em prol de um projeto maior.

Logo, é possível dizer que, em relação aos valores sociais capitalistas, eles são incorporados por eles tanto quanto são negados, uma vez que, vir para a cidade diz respeito a uma busca de condição econômica melhor e tem a ver com o processo desenfreado da globalização que empurra os valores capitalistas para alcançar novos mercados, novos consumidores, novas pessoas e, por outro lado, e como já mencionado, mantêm em suas práticas laborais um olhar que abarque os princípios antagônicos ao capitalismo, tais como o da solidariedade, cooperação e defesa pelos interesses coletivos.

### **Considerações finais:**

O estudo sobre a temática do trabalho com os povos indígenas, entre o trânsito da vida urbana e rural possibilitou reflexões que dizem respeito às atividades laborais e as ressonâncias psíquicas trazidas pelos entrevistados, os quais trouxeram dilemas envolvendo a sua construção enquanto sujeito com o lugar de origem e outro recinto no qual desenvolvem atividades produtivas, e no meio desses lugares trazem sua constituição e vão reelaborando alguns dilemas e planos.

É necessário mais pesquisas na área que colaborem sobre a temática, existem várias referências sobre a questão indígena e sobre o mundo do

trabalho, no entanto a questão do trânsito entre a cidade e comunidade ainda é escassa.

Estudar a temática indígena foi um desafio prazeroso, entender que a pesquisa vai muito além dos artigos e livros lidos, ela nos diz o quanto temos que de fato adentrar e conhecer a temática estudada, sobretudo no que tange a populações que passaram por opressão e exploração ao longo de séculos.

## Referências bibliográficas

- ABIB, José Antônio Damásio. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientie studia*. [online]. Vol. 7, n.2, pp 195-208, 2009.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. O projeto de colonização e os aldeamentos: funções e significados diversos In: *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CIMI “PEC 215: Ameaça aos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Meio Ambiente. *Cartilha do Conselho Indigenista Missionário Regional Sul*. Santa Catarina, 2000. 2ªed.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado: investigações de antropologia política*. Porto. Edições Afrontamento, 1975.
- CONGRESSO DE PSICOLOGIA CRÍTICA DO TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 2010, Brasília. *Saúde do trabalhador: dignidade e qualidade de vida no mundo do trabalho*. Brasília, 2010.
- CONVENÇÃO nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. - Brasília: OIT, 2011.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992.
- FARAGE, Nádia & Paulo, Paulo. Estado de Sítio: territorialidade e identidade no vale do Rio Branco: In: CUNHA, Manuela Carneiro (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1991
- FARAGE, Nádia. *As muralhas do Sertão*. Os povos indígenas no rio Branco e a Colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud (J. Salomão, trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1996, Vol. XXI, p. 67-148. (Trabalho original publicado em 1930)
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO (FUNAI). *Os índios*. Revista Brasil Indígena – FUNAI, Brasília, DF, ano 4, n.1, mar./abr. 2006.
- GIL, A. C. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES FILHO, J. M. *Humilhação social – um problema político em psicologia*. Psicologia Revista, 1998, v. 9.
- CARONE, I. A dialética marxista: uma leitura epistemológica. In: S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp 20-30). São Paulo: Brasiliense, 2001.
- KONDER, L. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- LABRIOLA, A. *Ensaio sobre o Materialismo Histórico*. São Paulo: Atena Editora, 1902.

- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- MELO MARINHO, Luciana. *Fluxos Culturais e os Povos da Cidade: Entre os Macuxi e Wapichana de Boa Vista – Roraima*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso em 03 mai. 2016
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011.
- SANTOS, Roseli Bernardo. *Processos de identidade dos indígenas trabalhadores da construção civil na cidade de Boa Vista/RR*. São Leopoldo – RS, 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Universidade Vale do Rio dos Sinos.
- SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 2003, 15(2), p. 18-42
- VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. 2ª ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é*. Entrevista concedida ao ISA, 26 abr. 2006. Disponível em [www.pib.socioambiental.org](http://www.pib.socioambiental.org). Acesso em 25 jun. 2016.

Recebido 22/04/2018. Aceito para publicação 22/04/2018